



CONTRATO Nº 34/SUB-SÉ/2022

PROCESSO: 6056.2022/0015269-7

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/SUB-SÉ/22

OBJETO: Fornecimento de Serviço de Brunch

CONTRATANTE: PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO – SUBPREFEITURA-SÉ

CNPJ: 05.499.294/0001-61

CONTRATADA: TURBO SYSTEM COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ:04.536.985/0001-25

VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$ 6.798,60

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 81.583,20

PRAZO: 12 (doze) meses (contados a partir da data da Ordem de Início/Fornecimento

CONTRATAÇÃO: 33064/2022

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 49.10.15.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00

Pelo presente, de um lado, a **PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO –SUBPREFEITURA – SÉ**, inscrita no C.N.P.J. nº 05.499.294/0001-61, com sede na Rua Álvares Penteado, 49/53, Centro, São Paulo/SP - SP, neste ato, representada pelo Subprefeito, Sr. **MARCELO VIEIRA SALLES**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **TURBO SYSTEM COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 04.536.985/0001-25, com sede na Rua Amador Bueno, nº 261 – Jardim Piratininga – Osasco – São Paulo, telefone: (11) 97984-8940, vencedora e adjudicatária da licitação supra, conforme despacho de (LINK SEI 074326792), publicado no DOC, neste ato por seu representante legal, conforme documento comprobatório, doravante, denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Contrato, que reger-se-á pelas disposições da Lei Municipal nº 14.145/06, 13.278/02, dos Decretos Municipais nº 44.279/03, nº 45.689/05, nº 46.662/05 e nº 47.014/06, das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 com as alterações posteriores, NBR 14.276/06, Instrução Técnica nº 17/04 e demais normas complementares, e pelas seguintes cláusulas e condições:

PROCESSO SEI 6056.2022/0015269-7

1ª VIA – SUB-SÉ/CAF/CONTRATOS; 2ª VIA- SUB-SÉ/CAF/SF; 3ª VIA CONTRATADA



**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO CONTRATUAL**

- 1.1.** Contratação de empresa para prestação de Serviço de Brunch, conforme especificações, quantitativos e condições de fornecimento constantes do Anexo I deste Edital.
- 1.2.** O fornecimento dos materiais será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Subprefeitura Sé.
- 1.3.** A fiscalização será exercida no interesse da administração e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 1.4.** Quaisquer exigências da Contratante inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Administração.
- 1.5.** A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os materiais fornecidos, se em desacordo com o solicitado.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO PRAZO CONTRATUAL E DO PRAZO DA ENTREGA**

- 2.1.** O prazo do Contrato será até 12 (doze) meses, contados da data da emissão da Ordem de Início do Fornecimento:
- 2.2.1.** O prazo acima mencionado poderá ser prorrogado, por igual ou menor período, desde que seja necessário e haja interesse das partes e seja respeitado o limite máximo permitido pela legislação.
- 2.2.** Ressalva-se a possibilidade de alteração das condições contratadas, em face da superveniência de normas federais ou municipais, disciplinado a matéria.

PROCESSO SEI 6056.2022/0015269-7

1ª VIA – SUB-SÉ/CAF/CONTRATOS; 2ª VIA- SUB-SÉ/CAF/SF; 3ª VIA CONTRATADA



2.3. O objeto desta licitação deverá ser entregue, conforme detalhamento em Ordem de Fornecimento/Serviço.

2.4. A entrega deverá ser feita com Nota Fiscal, Nota Fiscal-Fatura ou DANFE e agendada com antecedência.

2.5. O serviço referendado no objeto deste Termo de Referência deverá ser iniciado no prazo fixado na Ordem de Início.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO VALOR DO CONTRATO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO REAJUSTE**

3.1. O valor total do Contrato é de **R\$ 81.583,20** (oitenta e um mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte centavos) para atender **180** (cento e oitenta/unidade/mês, no valor unitário de **R\$ 37,77** (trinta e sete reais e setenta e sete centavos) com valor mensal/estimativo de **R\$ 6.798,60** (seis mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos).

3.2. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, mão de obra, etc. e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

3.3. Os recursos necessários para suporte do contrato, onerarão a dotação nº **49.10.15.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00** do orçamento vigente, por meio da Nota de Empenho nº **103528/2022**, no valor de **R\$ 6.798,60** (seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte centavos), devendo o restante onerar a dotação própria do próximo exercício.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SUBPREFEITURA
SÉ

3.4. Os preços contratuais serão reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data de apresentação da proposta, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 48.971/07, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

3.4.1. Os preços contratados somente poderão ser reajustados após 01º (primeiro) ano de vigência, e não serão objeto de atualização ou compensação financeira, nos termos da Portaria SF 104/94 e comunicado SF 11/94 e Lei Federal 8.880/94, ou até que novas normas do Governo Federal venham permiti-lo.

3.4.2. Os preços acordados poderão ser reajustados anualmente, com base na Lei Federal nº 10.192/01, no Decreto Municipal nº 48.971/07, e aplicando-se a modalidade de reajustamento sintético, observando-se as demais normas que regulamentam a matéria, e mediante a utilização do índice IPC FIPE.

3.5. A aplicação de novos reajustes deverá considerar a data e os valores do reajuste anterior, restando vedada a aplicação de índices acumulados por um período superior a 12 (doze) meses.

3.6. Ficará vedado novo reajuste pelo prazo de 01 (um) ano.

3.7. As condições de reajustamento ora pactuadas poderão ser alteradas em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

3.8. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

3.8.1 Os pagamentos efetuados com atraso por culpa exclusiva da **CONTRATANTE**, terão os valores do principal reajustado pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% 'pro-rata tempore'), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento



e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer, de acordo com a Portaria nº 05/2012/SF.

3.8.2 A aplicação de novos reajustes deverá considerar a data e os valores do reajuste anterior, restando vedada a aplicação de índices acumulados por um período superior a 12 (doze) meses.

3.8.3. Não haverá atualização financeira, observado os termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012.

3.8.4. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUARTA DA GARANTIA

4.1. Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor **de R\$ 4.079,22** (quatro mil, setenta e nove reais e vinte e dois centavos), correspondente ao importe de 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do contrato, nos termos do artigo 56, § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 8.666/93, observado o quanto disposto na Portaria SF nº 122/2009.

4.1.1. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

4.1.2. A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos.

CLÁUSULA QUINTA DO PAGAMENTO

5.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados na cláusula **18.3** deste edital e o atestado de recebimento e aprovação dos produtos pela Prefeitura.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. O fornecimento será feito diretamente pela Contratada, em conformidade com as especificações detalhadas no ANEXO I, e edital parte integrante deste instrumento.

6.2.2. Providenciar todas as condições necessárias ao fornecimento dos materiais, objeto deste contrato

6.2.3. Fornecer o objeto na forma e condições fixadas no Anexo I, em conformidade com o Edital de Pregão que precedeu este ajuste e demais informações constantes do referido Pregão;

6.2.4. Assinar o contrato no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a partir do recebimento do ofício ou memorandos protocolizados.

6.2.5. Executar o objeto deste contrato diretamente ou na forma e condições previstas no Anexo I e no edital de Pregão que precedeu este ajuste e seus anexos, vedada a transferência ou subcontratação, total ou parcial do objeto;

6.2.6. A contratada deverá obedecer com rigor toda legislação vigente e normas estabelecidas pelos órgãos afins para plena execução do objeto ora contratado;

6.2.7. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de São Paulo ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente contrato.



6.2.8. A contratada obriga-se a comparecer, sempre que solicitada, à Sede da Fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão realizar-se em outros locais.

6.2.9. Todas as obrigações decorrentes da contratação, como impostos taxas, seguro obrigatório inclusive multas na execução do contrato, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Compete a **CONTRATANTE**:

7.1.1. Emitir a Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao estipulado em contrato, com reajuste inclusive, se for o caso;

7.1.2. Adotar todas as providências pertinentes ao acompanhamento, fiscalização e controle do objeto contratado, indicando um técnico para a fiscalização do contrato;

7.1.3. Efetuar os pagamentos à contratada.

7.1.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

8.1 Os materiais entregues deverão atender a todas as especificações descritas no ANEXO I do edital – MEMORIAL DESCRITIVO – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.

CLÁUSULA NONA DAS PENALIDADES

9.1 São aplicáveis as sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal no 10.520/02 e demais normas pertinentes, devendo ser observados os procedimentos contidos no Capítulo X, do Decreto Municipal nº 44.279/03.

PROCESSO SEI 6056.2022/0015269-7

1ª VIA – SUB-SÉ/CAF/CONTRATOS; 2ª VIA- SUB-SÉ/CAF/SF; 3ª VIA CONTRATADA



9.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

9.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas: a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse; b) Pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar pelo prazo de até 5 (cinco) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

9.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos

9.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa ou cooperativa equiparada não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas "a" e "b" do subitem 20.2, a critério da Administração.

9.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

9.4.1 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.



9.4.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

9.4.3 Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

9.4.4 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

9.4.5 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

9.4.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

9.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

9.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os prazos nele fixados.

9.6.1 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

9.7 O prazo para pagamento da multa será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber. Não havendo



pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

9.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 Dar-se-á a rescisão do contato em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;

10.2. Sob pena de rescisão, a **CONTRATADA** não poderá transferir ou subcontratar no todo ou em parte, as obrigações assumidas;

10.3. Constituem motivos para rescisão de pleno direito deste Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos no artigo 78 e incisos da Lei Federal nº 8.666/93 e parágrafo único do artigo 29 da Lei Municipal nº 13.278/02 e no inciso II do artigo 6º do Decreto Municipal nº 48.184/07;

10.4. Na hipótese de rescisão administrativa, a **CONTRATADA** reconhece, neste ato, os direitos da **PREFEITURA**, previstos no artigo 80 da Lei Federal 8.666/93;

10.5. A Contratante, poderá, ainda, rescindir o presente contrato nas seguintes situações:

10.5.1. Se a contratada não cumprir ou cumprir de maneira irregular as obrigações constantes do presente instrumento contratual;

10.5.2. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

10.5.3. Se os valores do contrato se apresentarem superiores aos praticados no mercado;



10.5.4 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração Pública;

10.5.5. Sempre que ficar constatado que a contratada perdeu qualquer das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.6. A Contratada poderá pedir a rescisão contratual quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do presente contrato:

10.6.1. A solicitação mencionada no item acima deverá ser formulada com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

10.7. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos da legislação vigente para assumirem o objeto do contrato;

10.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO

11.1. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, impeditivos da execução do contrato, poderá ensejar, a critério da PREFEITURA, suspensão ou rescisão do ajuste;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Para execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios



de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, nos termos do Decreto nº 56.633, de 24 de novembro de 2015.

12.2. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente;

12.3. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATADA: TURBO SYSTEM COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA
SUBPREFEITURA - SÉ – Rua Álvares Penteado, 49 – 5º Andar – Centro.

12.4. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem;

12.5. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto;

12.6. Ficam fazendo parte integrante do presente Contrato a proposta da vencedora, a Ata da Sessão Pública do Pregão, na qual constam os preços finais alcançados e o Edital da licitação que a precedeu.

12.7. O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Federal nº 8.666/93, Lei Municipal nº 13.278/2002 e demais normas pertinentes, aplicáveis à sua execução e especialmente aos casos omissos.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SUBPREFEITURA
SÉ

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO FORO**

13.1. Elegem as partes o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, mais precisamente o Juízo Privativo das Varas da Fazenda Pública, para dirimir eventual controvérsia decorrente do presente ajuste, o qual preterirá a qualquer outro, por mais privilegiado que possa se afigurar.

E por estarem justas e acertadas, firmam as partes contratantes o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, após terem lido o mesmo, na presença de 02 (duas) testemunhas, ao final assinadas.

São Paulo, 30 de novembro de 2022


MARCELO VIEIRA SALLES
SUBPREFEITURA
SUB-SÉ

TURBO SYSTEM COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Nome: *Marcelo Luis*
Cargo: *Sócio - Diretor*

TESTEMUNHAS:


Nome: Daniela Marinho Morganti
R.G. Assessor Técnico I
RF: 883.175-1
SUB-SÉ/CAF/AA


Nome: LEA RITA TROTTA
R.G. Assessor Técnico I
Assessoria de Contratos
Subprefeitura Sé